Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)

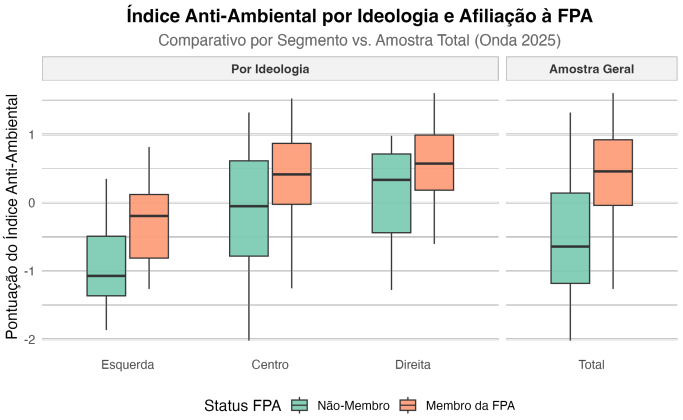
9 — Meio Ambiente

Daniela Campello, Cesar Zucco, Bruna Ayres, Camila Reis, Timothy Power

---

A décima onda da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), realizada em 2025, incluiu um conjunto abrangente de questões que buscam mapear as percepções dos parlamentares sobre a crise climática e a proteção ambiental. O levantamento abordou temas que vão desde as causas do aquecimento global e a preservação da Amazônia até a regulação do agronegócio e a exploração de recursos naturais. Os resultados revelam que as preferências ambientais no Brasil são sistematicamente estruturadas pela ideologia: legisladores à direita tendem a priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental enquanto a esquerda tende a assumir a posição contrária.

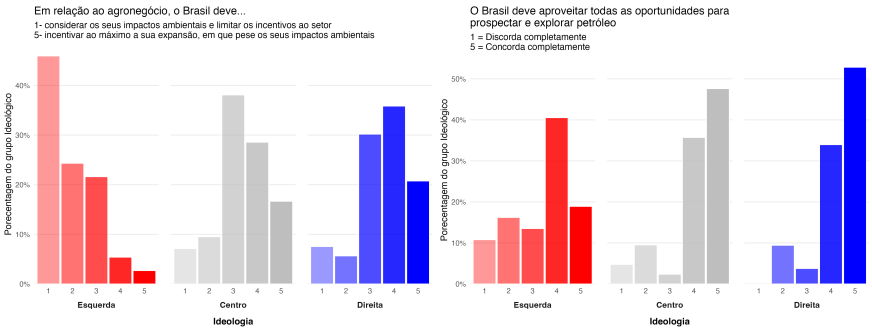
A direita brasileira acredita que o agronegócio é bom para a imagem do país e defende incentivos (e poucas restrições) ao setor, e se distingue bastante da esquerda nessas questões. A esquerda tende a ver o interesse estrangeiro na preservação da amazônia como uma oportunidade enquanto a direita acredita que é uma ameaça à soberania nacional.



No Brasil, a maior parte das emissões de carbono provém do agronegócio, seja diretamente na atividade agrícola e pecuária ou indiretamente via desflorestamento para uso posterior do solo. Não chega a ser surpresa, no entanto, que membros da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) tem posições mais anti-ambientalistas do que o resto do parlamento. Combinando todas as respostas às perguntas sobre temas ambientais em um único índice onde valores mais baixos indicam posições pela preservação e valores mais altos pela exploração econômica, membros da FPA têm, na média, posições mais anti-ambientais. A figura ao lado mostra que a diferença entre membros e não membros da FPA se mantém mesmo entre membros de partidos nos mesmos grupos ideológicos.

Um limite importante à clivagem ideológica aparece quando o tema é a exploração de petróleo, particularmente em áreas sensíveis como a margem equatorial ou a própria região amazônica. Embora a associação com a ideologia se mantenha – com a direita sendo mais enfática no apoio à extração – observa-se um apoio relativamente elevado à prospecção e exploração de petróleo inclusive entre parlamentares de esquerda. Esse fenômeno aponta para a existência de um "consenso extrativista" que atravessa o espectro político, indicando que, quando o potencial de ganhos econômicos imediatos é percebido como muito alto, as preocupações ambientais tornam-se menos politicamente consequentes, mesmo para os setores tradicionalmente mais progressistas.

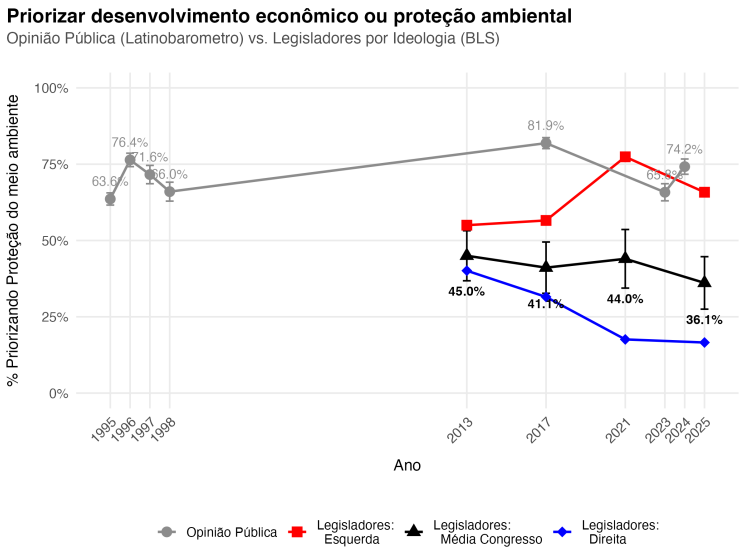
Contato: cz2972@columbia.edu | **Financiamento:** Rede de Pesquisa Aplicada da Fundação Getulio Vargas, CNPq e University of Oxford | **Apoio Institucional:** CEFOR-Câmara dos Deputados | **Dados:** dataverse.harvard.edu/dataverse/bls (10ª onda disponível em breve)



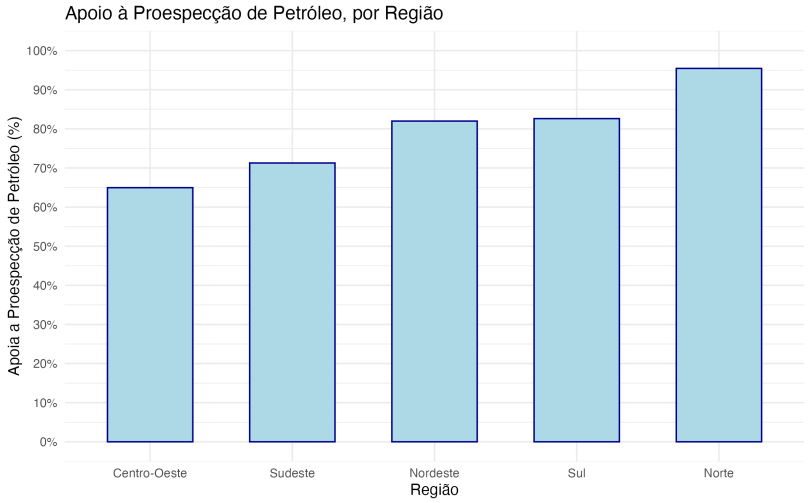
Agronegócio e Petróleo (2025)

Um dado particularmente alarmante da PLB diz respeito à percepção dos legisladores sobre os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris. Pelas metas nacionais de redução de emissões (NDCs), existe na prática um *trade-off* distributivo: como a maior parte das emissões brasileiras vem do uso da terra e da agropecuária, o país teria de escolher entre reduzir drasticamente o desmatamento para permitir alguma expansão em outros setores, ou então limitar a expansão energética baseada em combustíveis fósseis. No entanto, os dados indicam que esse dilema não existe na mente dos parlamentares. A correlação entre respostas nas duas perguntas é forte e positiva (r=0.43) o que significa que aqueles que mais apoiam a expansão do petróleo são os mesmos que mais defendem a expansão das fronteiras agrícolas e se opõem a limites ambientais ao agronegócio. Mais especificamente, 66% dos parlamentares respondentes escolheram as posição mais pró-agronegócio e pró-petróleo (3 ou mais, na escala 1 a 5) em ambas as perguntas, o que revela a extensão do "consenso neo-extrativista". Não chegaria a ser surpreendente que o público favorável ao agronegócio seja também favorável à exploração de petróleo. No entanto, dado os compromissos ambientais assumidos pelo país, os dois setores (agronegócio e petróleo) estão em competição direta por emissões. O Congresso parece inclinado a buscar a expansão simultânea de ambas as atividades. Portanto, ou se está ignorando os compromissos, ou acredita-se que os compromissos são letra morta.

Olhando para o longo prazo, o cenário torna-se ainda menos auspicioso. A única questão na PLB que permite uma análise longitudinal é uma escolha forçada entre a preservação do meio ambiente e o crescimento econômico que faz parte da pesquisa desde 2013. Nossa análise das repostas à essa pergunta mostra um aumento nas diferenças de visões entre políticos de esquerda e de direita mas revela também que o Congresso Nacional tem se tornado progressivamente menos "pró-meio ambiente", na média, ao longo da última década. A figura ao lado reporta também como a opinião pública brasileira responde à mesma pergunta. Vemos que enquanto os brasileiros mantém níveis elevados de apoio à preservação, os legisladores movem-se na direção oposta, consolidando uma agenda onde a proteção ambiental é frequentemente vista como um obstáculo ao desenvolvimento. O resultado é uma colisão entre a urgência climática global e os interesses setoriais organizados detentores de uma visão de desenvolvimento que ainda prioriza a exploração extensiva de recursos naturais em detrimento da sustentabilidade.



A exploração de petróleo na Foz do Amazonas talvez seja o tema atual em que embate entre desenvolvimento e preservação se manifesta de forma mais direta e gera divisões tanto entre a sociedade civil e a classe política quanto de cunho regional. Os dados já reportados revelam um amplo apoio à exploração de petróleo no Congresso, mas vemos também (na figura abaixo) que este é apoio é particularmente pronunciado entre políticos da região Norte do país, onde é quase unânime.



Esse apoio não é apenas retórico. Em novembro de 2025, o Congresso desregulamentou o licenciamento ambiental, estabelecendo um caminho célere para grandes projetos de infraestrutura e extração de recursos, como a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Em uma demonstração contundente de força e apoio político, o plenário do Congresso derrubou 52 dos 59 vetos presidenciais analisados à Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021). As votações nominais principais registraram 268 votos a favor da derrubada contra 190 na Câmara dos Deputados, e 50 contra 18 no Senado Federal. Para sepultar qualquer tentativa do Poder Executivo de preservar as salvaguardas ecológicas, os destaques subsequentes apresentados pelas bancadas de oposição para manter os vetos foram rejeitados por uma maioria esmagadora de 295 votos contra 167 na Câmara e 52 contra 15 no Senado. Essa expressiva mobilização legislativa neutralizou de forma eficaz a fiscalização técnica federal sobre novos empreendimentos.

Para explorar mais a fundo o potencial contraste entre políticos e opinião pública e a dinâmica regional, analisamos as 500 postagens de maior repercussão em mídias sociais sobre o tema ao longo do período entre julho de 2025 e julho de 2026. A publicações selecionadas foram feitas majoritariamente por veículos de comunicação, políticos e ONGs, com uma participação menor de artistas e ativistas individuais e do governo.

Considerando todas as postagens, cerca de 60% são contrárias à exploração de petróleo na margem equatorial, mas há uma forte divisão geográfica. Nas postagens feitas por contas originadas na região Norte (152 publicações), há um apoio massivo ao projeto, com aproximadamente 82% apresentando um sentimento pró-exploração de petróleo. Essa narrativa é impulsionada por lideranças políticas locais que enxergam na exploração uma oportunidade histórica para combater a pobreza regional e estabelecer uma nova matriz econômica. Argumentos comuns incluem defesa da soberania nacional, combate à dependência do mercado externo e segurança energética e o desenvolvimento socioeconômico regional (geração de emprego e renda e na qualificação de mão de obra local). A maior parte dessas manifestações favoráveis à exploração de petróleo na Margem Equatorial é originada por políticos e veículos de imprensa sediados na Região Norte do país, com destaque para os estados do Amapá, Maranhão e Pará. As únicas exceções na região são as lideranças indígenas, que posicionam-se firmemente contra, denunciando a falta de consulta prévia e o risco direto aos seus territórios e modos de vida.

Em contrapartida, dentre as 348 postagens de alcance federal ou sediadas fora do eixo imediato de

exploração, o que se vê é uma resistência significativa, com mais de 80% das publicações manifestando posicionamento contrário à iniciativa. Este grupo é liderado por organizações não governamentais de grande influência, que estruturaram suas críticas em torno da contradição entre a autorização das licenças e a liderança climática do Brasil às vésperas da COP-30 em Belém. Para esses atores, a abertura de uma nova fronteira petrolífera em uma região de altíssima biodiversidade representa um retrocesso ambiental e uma ameaça direta aos compromissos assumidos no Acordo de Paris. As poucas postagens de impacto favoráveis à exploração do petróleo e originadas fora da região Norte foram feitas pelo próprio governo federal.

A sociedade civil que se manifesta nas redes sociais não é, obviamente, representativa da população, mas o termos do debate são bastante claros. Grande parte da esquerda, que tende a ser mais pró-meio ambiente, é favorável à exploração de petróleo, os políticos das regiões mais impactadas tem uma posição quase unânime sobre o tema, os políticos de direita que se manifestam são favoráveis à exploração e criticam a hipocrisia da esquerda que diz ambientalista mas se rende à exploração de petróleo por questões fiscais. Com essa distribuição de preferências não é surpresa que tenham sido implementadas importantes mudanças legislativas que abrem caminho para uma exploração intensiva de petróleo em que pesem os riscos ambientais.

Perguntas da pesquisa utilizadas neste texto:

`enviro` Sobre o meio ambiente, qual é a sua opinião

- Defesa do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se causasse atraso no desenvolvimento econômico e menos oferta de empregos
- Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano

`prospoil` O Brasil deve aproveitar todas as oportunidades para prospectar e explorar petróleo

1. Discorda completamente
2. Discorda parcialmente
3. Nem concorda, nem discorda
4. Concorda parcialmente
5. Concorda completamente

`climate` [Com qual afirmação o(a) Sr.(a) concorda mais? Usando uma escala de 1 a 5.]

1 A mudança climática é causada principalmente por processos naturais

5 A mudança climática é causada principalmente por ações human

`amazon`

1 O interesse da comunidade internacional pela floresta amazônica representa uma oportunidade de preservá-la

5 O interesse da comunidade internacional pela floresta amazônica representa uma ameaça à soberania nacional

`agroimage` [Com qual afirmação o(a) Sr.(a) concorda mais? Usando uma escala de 1 a 5.]

1 O agronegócio contribui positivamente para a imagem do país no exterior

5 O agronegócio prejudica a imagem do país no exterior

`agrolimit` [Com qual afirmação o(a) Sr.(a) concorda mais? Usando uma escala de 1 a 5.]

1 O Brasil deve incentivar ao máximo a expansão do agronegócio, em que pese os seus impactos ambientais

5 O Brasil deve considerar os impactos ambientais do agronegócio e limitar os incentivos ao setor